

Avaliação Externa das Escolas **Relatório de escola**

**Escola Secundária com 3.º Ciclo
do Ensino Básico de Viriato
VISEU**

Delegação Regional do Centro da IGE

Datas da visita: 4 e 5 de Março de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da **Escola Secundária com 3.º Ciclo de Viriato, Viseu**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada em **4 e 5 de Março de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, encontra-se no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Viriato está situada no limite urbano da cidade de Viseu, na Freguesia de S. José. Entrou em funcionamento em Outubro de 1985, recebendo alunos das freguesias de Abraveses, Campo, Calde, S. José e Lordosa, assim como de outras localidades. É constituída por 4 pavilhões (A, B, C e D) e por um ginnodesportivo com sinais de degradação, cuja utilização é partilhada com a Câmara Municipal de Viseu.

No presente ano lectivo frequentam a Escola 927 alunos: 311 do 3.º ciclo (19 turmas: 14 do ensino regular, 4 dos cursos de educação e formação e 1 dos cursos de educação e formação de adultos) e 616 do ensino secundário (36 turmas: 22 dos cursos científico-humanísticos, 6 dos cursos tecnológicos, 7 dos cursos profissionais e 1 dos cursos de educação e formação de adultos).

O corpo docente é composto por 132 professores (84% pertencem aos quadros) e o não docente por 57 elementos (58% do quadro e 42% contratados): 10 assistentes técnicos, 42 assistentes operacionais (incluindo 5 da cozinha), 2 técnicos da acção social escolar, 1 guarda-nocturno e 2 Psicólogas (uma contratada). Uma percentagem considerável de pais (54%) tem uma habilitação académica igual ou superior ao 3.º ciclo, distribuindo-se profissionalmente pelos sectores dos serviços, comércio, empresarial e construção. No que se refere às tecnologias de informação e comunicação, 86,7% dos alunos possuem computador e, destes, 77% têm ligação à Internet. Um número significativo de discentes beneficia do apoio da acção social escolar (201 do escalão A e 179 do escalão B).

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

BOM

A Escola sistematiza informação relativa ao sucesso académico dos alunos e procede à sua análise nos vários órgãos e estruturas de coordenação e supervisão, o que lhe permite definir e implementar algumas estratégias para as áreas de maior insucesso.

As taxas de conclusão do 3.º ciclo registam uma melhoria nos anos lectivos de 2005/06 a 2007/08, situando-se sempre acima das nacionais. Relativamente aos exames nacionais do 9.º ano, realizados no referido triénio, os resultados na disciplina de Língua Portuguesa são expressivos, superando sempre os nacionais. Na Matemática, de um modo geral, superam os nacionais, mas verificam-se oscilações. No ensino secundário, as taxas de conclusão do último biénio registaram um aumento significativo, situando-se acima dos respectivos referentes nacionais. As classificações dos exames nacionais, no último triénio, revelam uma tendência de progresso nas disciplinas de História e de Matemática, sendo que, no ano lectivo de 2007/08, ficaram acima das médias nacionais. O mesmo não se verifica na disciplina de Português, em que se assinala um decréscimo, atingindo valores negativos no último ano e inferiores aos nacionais. Nos anos lectivos de 2006/07 e 2007/08, as classificações de exame da disciplina de Desenho A melhoraram, embora se mantenham abaixo das médias nacionais.

São implementadas algumas medidas que têm contribuído para a melhoria dos resultados e para atenuar as dificuldades de aprendizagem. No último ano lectivo, os planos de recuperação implementados tiveram um impacto significativo na transição dos alunos. Quanto à eficácia dos planos de acompanhamento verifica-se alguma discrepância, sendo que a menor taxa de sucesso se regista no 9.º ano. Os níveis de sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais, bem como dos que são apoiados pela acção social escolar, são expressivos.

No ano lectivo 2007/08, não há registo de casos de abandono escolar. A Escola procede à sua monitorização, fazendo um acompanhamento adequado das situações de risco e desenvolvendo estratégias de prevenção.

A Organização promove a participação dos alunos na vida escolar, envolvendo-os em projectos transversais ligados à cidadania e no debate de assuntos colectivos e das regras de convivência. As normas de funcionamento são, de um modo geral, conhecidas e cumpridas, o que tem contribuído para um ambiente de disciplina, apesar de nas turmas dos cursos de educação e formação e dos cursos profissionais se começarem a verificar alguns comportamentos menos adequados.

Existe uma política consistente de valorização e de estímulo para a aquisição das aprendizagens e saberes, que se tem reflectido na elevação das expectativas dos estudantes e na satisfação da comunidade educativa.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

MUITO BOM

As estruturas de coordenação e supervisão revelam capacidade de liderança pedagógica, incentivando o trabalho cooperativo dos docentes na gestão dos currículos, no planeamento das actividades, na produção de materiais didácticos, na reflexão sobre os resultados e na definição de estratégias de melhoria. A interdisciplinaridade é consistentemente prosseguida e concretizada ao nível dos conselhos de turma, da realização de visitas de estudo e da implementação de projectos. Destaca-se a acção do departamento de ciências físicas e naturais, pela dinâmica dos processos de aprendizagem, pela promoção sistemática do trabalho experimental, pelas práticas regulares de interdisciplinaridade e pela realização de actividades de formação interna.

São desenvolvidas algumas acções, principalmente ao nível dos departamentos curriculares, dos grupos disciplinares e dos conselhos de turma, que permitem o acompanhamento e a supervisão da prática lectiva, mas ainda não é efectuada a supervisão da actividade docente em contexto de sala de aula. A intervenção das estruturas pedagógicas promove a confiança no processo de avaliação interna.

A Escola oferece um conjunto de apoios adequados às necessidades educativas especiais e às dificuldades de aprendizagem. As elevadas taxas de transição dos alunos apoiados demonstram a eficácia das medidas aplicadas. A organização, apesar de não ter implementado planos de desenvolvimento, estimula, em particular, na Área de Projecto dos ensinos básico e secundário, o desenvolvimento das capacidades dos discentes. Os serviços de psicologia e orientação asseguram um trabalho consistente, articulado com as estruturas de coordenação e supervisão, instituições externas e famílias, garantindo o apoio psicopedagógico, a orientação vocacional e o esclarecimento dos alunos e dos pais e encarregados de educação.

A oferta formativa é diversificada, proporcionando o acesso a um vasto conjunto de projectos e actividades que visam o reforço das aprendizagens, a promoção dos saberes práticos e das atitudes profissionais que contribuem, nomeadamente, para o controlo do abandono escolar.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O projecto educativo define metas e princípios orientadores da acção educativa que, no entanto, não permitem o acompanhamento e a avaliação consistentes dos planos da Escola. As iniciativas previstas no plano anual de actividades revelam alguma coerência com as orientações definidas, embora não seja evidente que se articule intencionalmente com o projecto educativo. Os projectos curriculares de turma ajustam-se às características e necessidades dos discentes, sendo relevantes para o trabalho das equipas pedagógicas. É feito um planeamento adequado dos principais momentos dos ciclos de gestão.

A gestão do tempo escolar respeita os critérios previamente determinados. A implementação do plano de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos, nas situações de ausência temporária de professores, é adequada, sendo dada prioridade à permuta.

Em regra, os equipamentos educativos são bem geridos. O pavilhão gimnodesportivo apresenta sinais de degradação e o pavilhão D não proporciona condições de conforto no Inverno, não obstante a direcção executiva e o conselho geral transitório terem assumido um papel activo na procura de soluções para os problemas detectados.

A organização tem capacidade para captar recursos financeiros próprios. São promovidas várias iniciativas no sentido de envolver os pais e encarregados de educação na vida escolar e assegurar formas de participação no acompanhamento do percurso dos seus educandos. Os responsáveis da Escola pautam a sua acção por princípios de equidade e justiça, proporcionando aos alunos o acesso aos bens educativos e a experiências escolares diversificadas.

4. LIDERANÇA

BOM

As metas consagradas no projecto educativo não se apresentam quantificadas, o que não potencia o trabalho dos profissionais para a melhoria dos resultados académicos, assim como a elevação das suas expectativas.

O conselho executivo actua de forma dialogante, revela disponibilidade para colaborar com os diferentes actores na resolução dos problemas, conferindo elevada autonomia na tomada de decisões. Os titulares dos órgãos e das estruturas de coordenação e supervisão evidenciam motivação no desempenho das tarefas, colaboram activamente em trabalhos de equipa, sendo, em grande medida, os principais responsáveis pela qualidade do serviço educativo.

O conselho geral transitório assume as suas competências e influencia significativamente a política educativa da Organização.

A Escola demonstra abertura e capacidade de inovação. A adesão a iniciativas/concursos e a aposta nas novas tecnologias de informação e comunicação, embora a sua utilização ainda não seja suficientemente valorizada por todos os docentes, propiciam o desenvolvimento de projectos inovadores com reflexos positivos nas práticas lectivas e na motivação dos alunos. A rede de parcerias e protocolos é muito significativa, tendo um forte impacto na criação de oportunidades de aprendizagem.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

SUFICIENTE

As práticas sistemáticas de auto-avaliação implementadas têm permitido à Organização efectuar o balanço da execução das actividades do seu plano anual, bem como identificar pontos fortes e fracos no domínio dos resultados académicos, com a implementação de medidas de melhoria nas disciplinas de maior insucesso.

Nas restantes áreas, com excepção da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos, o conhecimento do desempenho escolar, resulta, essencialmente, de reflexões pontuais efectuadas nos diferentes órgãos e estruturas, ou de contributos informais, não estando alicerçado em estudos internos sistemáticos e consistentes com efeito regulador. A Escola ainda não implementou um processo de auto-avaliação que permita obter informação sobre o seu desempenho global.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

No final de cada período é organizado um conjunto variado de elementos relativos aos resultados académicos (por disciplina, cursos, áreas curriculares não disciplinares, turma, ano e ciclo de estudo). Esta informação é objecto de análise nos órgãos e em algumas estruturas de coordenação e supervisão (conselho geral transitório, conselho executivo, conselho pedagógico, departamentos curriculares e conselhos de grupo/disciplina), estando na origem da adopção de diversas iniciativas de melhoria para áreas de maior insucesso (p. ex., adesão ao Plano Nacional de Acção para a Matemática e ao Plano Nacional de Leitura).

No 3.º ciclo, as taxas de conclusão no último triénio (79,3%, 91,2% e 94,7%) registam um aumento progressivo, situando-se acima das nacionais (77,5%, 78,2% e 85,7%). No mesmo período, os resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais do 9.º ano, na disciplina de Língua Portuguesa, são expressivos (78,0%, 98,5% e 97,1%), posicionando-se acima dos valores nacionais (56,0%, 88,0% e 83,2%). O desempenho na disciplina de Matemática (58,0%, 19,0% e 73,3%) apresenta oscilações, denotando, no entanto, resultados superiores aos nacionais, com excepção do penúltimo ano lectivo (referentes nacionais de 38,0%, 29,0% e 55,1%, respectivamente).

No Ensino Secundário, verifica-se um aumento das taxas de conclusão nos anos lectivos de 2006/07 e 2007/08 (de 62,7% para 78,6%), situando-se acima das nacionais (61,5% e 64,8%). Quanto aos resultados obtidos na primeira fase dos exames nacionais do 12.º ano, de um conjunto de quatro disciplinas, verifica-se uma tendência de melhoria nos últimos três anos lectivos nas disciplinas de História e Matemática, respectivamente de 9,4 para 11,2 valores e de 7,4 para 15,2 valores, superando, no último ano, as médias nacionais (11 valores a História e 14 a Matemática). Contrariamente, neste período, a média das classificações na disciplina de Português tem diminuído, sendo mesmo negativa no último ano e posicionando-se abaixo da nacional (Escola: 9,1 valores; Nacional: 10,4 valores). Já no que respeita à disciplina de Desenho A, as médias, no último biénio, registam uma ligeira melhoria (de 10,6 para 11,1 valores), situando-se, porém, abaixo das nacionais (12,7 e 11,4 valores, respectivamente).

No ano lectivo de 2007/08, foram implementados vários planos de recuperação e de acompanhamento no 3.º ciclo. É feita a avaliação do sucesso dos mesmos, sendo que dos 81 alunos que beneficiaram de planos de recuperação 74 transitaram (91,4%). Verificou-se uma taxa de transição de 100% no 8.º ano e de 60% no 9.º dos discentes a quem foram aplicados planos de acompanhamento. É efectuada a monitorização dos resultados dos alunos com necessidades educativas especiais (taxas de sucesso no último biénio de 100% e 96%), bem como dos que são apoiados pela acção social escolar (taxas de transição/conclusão no último triénio de 77,0%, 79,1% e 91,6%, respectivamente).

As situações de abandono escolar são identificadas e adequadamente seguidas, não se registando, no ano lectivo anterior (2007/08), qualquer caso no ensino básico. No ensino secundário também tem sido praticamente inexistente. Para os bons resultados alcançados neste âmbito têm contribuído a diversidade da oferta educativa (p. ex., percursos curriculares alternativos, cursos de educação e formação, profissionais e tecnológicos), o adequado acompanhamento das situações de risco, com a colaboração das estruturas locais, e a articulação entre os directores de turma, os serviços de apoio educativo e as famílias.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

No prosseguimento da finalidade do projecto educativo – Promoção da cidadania – é privilegiada a exploração da temática global “educação para a sustentabilidade”, tendo o seu desenvolvimento impacto na gestão do currículo e na realização de actividades relevantes de carácter social e cívico. Por exemplo, no 3.º ciclo é trabalhada esta dimensão de modo transversal na Área de Projecto e, no ensino secundário, são preparadas moções sobre sustentabilidade, responsabilidade ecológica e cidadania, enquadradas no programa “Euroescola”. Os discentes participam, igualmente, noutras actividades e projectos de natureza extracurricular que reforçam o espírito de solidariedade e convivência democrática (p. ex., recolha de bens para pessoas carenciadas que frequentam instituições particulares de solidariedade social, organização autónoma de visitas de estudo, comemoração do dia internacional dos Direitos Humanos e participação no Parlamento Europeu dos Jovens).

Os alunos estão representados nos órgãos onde têm assento – conselhos de turma, conselho pedagógico e conselho geral transitório –, tendo este último promovido uma reunião de delegados de turma para recolha de sugestões e sinalização de problemas internos da organização. A associação de estudantes desenvolve algumas iniciativas (p. ex., torneios desportivos), mas com impacto reduzido na dinâmica da instituição e sem articulação com as acções previstas no plano anual de actividades.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Em geral, o comportamento dos discentes é disciplinado. Contudo, começam a surgir algumas situações de não cumprimento das normas, traduzido na falta de preservação das instalações e dos equipamentos (carteiras escritas/danificadas), na utilização e na adopção de atitudes pouco adequadas, bem como no ruído contínuo em sala de aula (em particular dos alunos dos cursos de educação e formação e profissionais), que prejudicam o ambiente educativo.

Como estratégia de prevenção da conflitualidade, é feita a divulgação das normas internas (principalmente dos direitos e deveres dos alunos) e são definidos critérios de avaliação que têm em conta a dimensão cívica da aprendizagem, valorizando a disciplina, a assiduidade e a pontualidade. É garantida, também, a vigilância dos espaços pelos adultos. No ensino básico são celebrados contratos pedagógicos para a uniformização de procedimentos de actuação ao nível dos conselhos de turma, procurando envolver e responsabilizar os discentes

na definição e no cumprimento de regras. Os casos de indisciplina são tratados, preferencialmente, com recurso a soluções com base no diálogo e na reflexão dos actos praticados.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

São desenvolvidas iniciativas que estimulam as aprendizagens e melhoram as expectativas da comunidade sobre o serviço educativo. Neste âmbito, são de destacar: a publicação de notícias relevantes sobre a vida escolar na imprensa local ou no jornal da escola (InfoViriato), as exposições artísticas internas ou em galerias da cidade (p. ex., da Câmara Municipal de Viseu), a atribuição pública de certificados/diplomas aos discentes que frequentaram percursos escolares com componentes pré-profissionalizantes, a entrega de prémios aos melhores alunos dos cursos de científico - humanísticos e cursos tecnológicos, a participação em feiras de formação (Qualifica 2008, que decorreu na FIL - Feira Internacional de Lisboa, com o curso profissional de análises clínicas) e o projecto "Encontros da Viriato" - mostra de actividades da Escola à comunidade com conferências, ateliers, laboratórios abertos (inclusive para crianças do 1.º ciclo) e exposições de trabalhos. A Câmara Municipal e o Rotary Club de Viseu reconhecem o mérito cultural e científico da Instituição na formação dos discentes, bem como dos serviços prestados à comunidade.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

Existe capacidade de liderança ao nível das estruturas de coordenação e supervisão, traduzida no incentivo ao trabalho cooperativo entre os docentes (p. ex., partilha de experiências, elaboração das planificações, articulação de conteúdos, construção e aferição de materiais pedagógicos, proposta de critérios de avaliação, análise dos resultados e estabelecimento de estratégias de melhoria com aplicação de medidas de apoio/reforço no domínio das didácticas específicas).

A articulação e a sequencialidade entre o 3.º ciclo e o ensino secundário ocorrem nas situações de continuidade pedagógica/leccionação da mesma disciplina em ambos os ciclos de estudo. Não existem práticas de articulação com outras escolas, nomeadamente das de onde provêm os alunos.

O trabalho do departamento de ciências físicas e naturais, pela organização e dinâmica dos processos de aprendizagem (saídas de campo frequentes), pela promoção sistemática do ensino experimental (abrangendo, por vezes, também alunos do 1.º ciclo de escolas limítrofes), pelas práticas regulares de interdisciplinaridade (construção de uma estufa e de um equipamento de secagem de plantas, em articulação com o curso de educação e formação de serralharia civil) e pela realização de acções internas de formação transversal, tem impacto na qualidade do serviço educativo, sendo reconhecido pela comunidade educativa.

Existe interdisciplinaridade, visível no trabalho dos conselhos de turma, na realização de algumas visitas de estudo e na consecução de projectos, onde os docentes identificam os aspectos transversais do currículo e a forma de os abordar. O apoio e aconselhamento dos alunos e respectivas famílias, na tomada de decisões sobre os percursos escolares e profissionais, são assegurados pelos serviços de psicologia e orientação, em articulação com os directores de turma.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

Os professores programam as actividades lectivas de acordo com as orientações estabelecidas nos departamentos curriculares, grupos disciplinares e conselhos de turma, tendo em conta, também, os resultados da avaliação diagnóstica realizada em cada disciplina e as sugestões dos serviços especializados de apoio.

Nas reuniões das estruturas de gestão intermédia, o acompanhamento e a supervisão da prática lectiva são efectuados, essencialmente, através do controlo do cumprimento das planificações didácticas, da análise e justificação dos resultados escolares, da definição de estratégias para superar casos de insucesso e de relatos de experiências pedagógicas ou incidentes críticos. Não estão previstos procedimentos de monitorização da prática lectiva em contexto de sala de aula.

A confiança na avaliação interna é promovida através da definição de critérios específicos, da elaboração de testes e de matrizes comuns, do registo de fichas de auto-avaliação, da realização da avaliação diagnóstica e da aplicação de testes intermédios do Gabinete de Avaliação Educacional (por ex., na disciplina de Matemática).

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

Os alunos com necessidades educativas especiais provenientes de outras escolas são identificados aquando da formalização do processo de matrícula. As situações que implicam a referenciação e a análise das dificuldades dos discentes são adequadamente asseguradas pelos directores de turma, em particular, nos conselhos de turma, em articulação com os serviços especializados de apoio educativo e as famílias.

São implementadas medidas diversificadas, abrangendo, também, casos problemáticos de insucesso, que se traduzem, por exemplo, na disponibilização do apoio pedagógico acrescido aos discentes com dificuldades em disciplinas específicas (p. ex., Português, Inglês e Matemática), no acompanhamento na sala de estudo, bem como na oferta de percursos curriculares alternativos e de cursos de educação e formação.

Os serviços de psicologia e orientação desenvolvem um conjunto de actividades que integram, entre outras, o apoio psicológico e psicopedagógico, a orientação escolar e profissional (com programas de intervenção estruturados especialmente para os alunos dos 9.º e 12.º anos), a reavaliação vocacional (em casos de risco de insucesso/abandono), e a supervisão de grupos/turmas dos cursos de educação e formação e cursos profissionais, nomeadamente, na realização de estágios e na implementação de programas de desenvolvimento de aptidões.

As competências dos alunos são estimuladas, em particular, na Área de Projecto do ensino básico e do secundário. Não são elaborados planos de desenvolvimento para os alunos que revelam capacidades excepcionais de aprendizagem.

A eficácia das medidas implementadas é aferida através do tratamento estatístico das taxas de aprovação dos alunos com necessidades educativas especiais, dos estudantes apoiados pela acção social escolar e da análise de relatórios sobre o funcionamento da sala de estudo.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A Escola, além do 3.º ciclo do ensino regular e de turmas de percursos curriculares alternativos, disponibiliza, também, cursos de educação e formação, científico-humanísticos, tecnológicos, profissionais e de educação e formação de adultos (em regime nocturno). Esta oferta valoriza os saberes práticos e as atitudes profissionais e responde à pluralidade dos discentes, contribuindo para o controlo do abandono e para promoção do sucesso escolares, em particular, de um conjunto de alunos em situação de risco.

São implementadas várias iniciativas estimulantes que visam propiciar aos alunos novos saberes e experiências educativas nos campos científico, cultural, social, desportivo e artístico: clubes (p. ex., teatro, europeu, leitura e poesia, serigrafia), concursos internos e externos (p. ex., III prémio Viriato da escrita, Olimpíadas de Matemática, Física e Química júnior, Na Senda de Darwin), projectos (p. ex., projecto rios), exposições temáticas, viagens de estudo, comemorações de efemérides e os “Encontros da Viriato”.

As aprendizagens experimentais no ensino das ciências são consistentemente valorizadas, sendo de realçar a dinâmica organizacional e pedagógica do departamento de ciências físicas e naturais, os projectos experimentais, a afectação de uma auxiliar de apoio aos laboratórios com formação na área e a realização sistemática de experiências. Também é prestada uma atenção especial à dimensão artística do currículo, visível em múltiplas iniciativas, designadamente, exposições, parcerias (Teatro Viriato - Teatro Escolas 2009) e visitas de estudo (Feira de Arte Contemporânea a Madrid).

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O projecto educativo define metas qualitativas e estabelece e hierarquiza princípios genéricos para a acção, mas que não facilitam o acompanhamento e a avaliação dos planos da Escola.

O plano anual de actividades está organizado por domínios de intervenção, contém os objectivos para cada acção e contempla um leque alargado de iniciativas e projectos da responsabilidade das diferentes estruturas de coordenação e supervisão, cursos e serviços/sectores (p. ex., biblioteca), mas não integra as propostas dos alunos nem evidencia uma articulação explícita com o projecto educativo.

Existem formas de divulgação dos documentos de organização educativa, nomeadamente através da página da Escola na Internet, embora o seu conhecimento não esteja generalizado a todos os elementos da comunidade educativa. Os projectos curriculares de turma no ensino básico adequam-se às características e necessidades dos alunos, sendo relevantes na acção das equipas pedagógicas, sobretudo no que respeita à uniformização de critérios de actuação, à definição de estratégias de diferenciação pedagógica e à articulação de conteúdos programáticos.

O órgão de gestão, com o apoio das diferentes estruturas pedagógicas, assegura a programação e a planificação do ano escolar: abertura do ano lectivo, elaboração de horários, distribuição de tarefas, orientações para a implementação das áreas curriculares não disciplinares, desenvolvimento de projectos, gestão dos espaços e estabelecimento de protocolos. A ligação com entidades locais tem contribuído para a concepção e concretização dos planos da Escola (p. ex., o apoio ao desenvolvimento de algumas actividades, a prossecução de protocolos e a realização de estágios). Os encarregados de educação cooperam em algumas iniciativas, das quais sobressaem as acções no âmbito dos Programas “Educação Para a Saúde” e “Biblioteca Escolar”. É assegurada a ocupação plena dos tempos escolares dos alunos, com prevalência da permuta.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A afectação do pessoal docente, assente em critérios que constam do regulamento interno e em orientações emanadas do conselho pedagógico, é efectuada de modo a garantir, sempre que possível, a continuidade das equipas pedagógicas. A atribuição das turmas dos cursos de educação e formação e dos cursos profissionais é feita também de forma ponderada. A gestão do pessoal não docente é realizada, no essencial, pelos chefes dos serviços administrativos e dos assistentes operacionais, com supervisão do conselho executivo, garantindo a vigilância e o bom funcionamento dos diversos sectores.

É feito o levantamento das necessidades de formação do pessoal docente e não docente. Apesar de não existir um plano estruturado de formação interno, são promovidas, pontualmente, algumas actividades de aperfeiçoamento profissional, com recurso a docentes da instituição, para responder às dificuldades mais prementes (p. ex., utilização de novas tecnologias didácticas - quadros interactivos e plataforma Moodle¹ e promoção da transversalidade curricular no âmbito da educação para a sustentabilidade). As acções disponibilizadas para o pessoal não docente não têm sido significativas nos últimos dois anos.

Não estão definidos procedimentos formais para a integração dos profissionais colocados pela primeira vez na organização, mas as práticas de recepção garantidas pelo órgão de gestão, pelos responsáveis das estruturas de coordenação e supervisão e pelos serviços revelam-se adequadas e garantem uma boa adaptação dos novos elementos.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

As instalações escolares, na generalidade, são adequadas e encontram-se razoavelmente preservadas. No entanto, existem problemas de infiltrações de humidade no pavilhão gimnodesportivo (inviabilizando, por vezes, a sua

¹ O Moodle é um sistema de gestão de aprendizagem através de software que permite a produção de sítios Web e disciplinas na Internet.

utilização), falhas de água quente nos balneários e deficiente isolamento térmico no pavilhão D, dificultando as actividades pedagógicas nos dias frios de Inverno. A direcção executiva, bem como o conselho geral transitório, assumem um papel activo na procura de soluções para estes constrangimentos.

As instalações sanitárias dos alunos, fortemente marcadas pelo uso, apresentam sinais de degradação, não existindo um plano de intervenção interno que vise a melhoria das suas condições higiénicas.

Os aspectos da segurança são acautelados através do controlo das entradas e saídas dos alunos, de inspecções periódicas aos equipamentos e às instalações e da realização de exercícios de evacuação.

A Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, é um espaço dinâmico, bastante frequentado, e possui um plano de acção próprio bem estruturado – realização de exposições, atribuição de prémios aos melhores leitores, concursos literários, encontros com escritores –, com impacto na promoção de aprendizagens significativas dos estudantes.

A Escola revela capacidade para angariar receitas próprias.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A Organização valoriza e promove a participação dos encarregados de educação, quer através da sua representação nos termos previstos na lei, quer através de actividades dirigidas à comunidade educativa (p. ex., concursos de declamação de poesia, acções de formação sobre educação sexual no âmbito do Programa de Educação Para a Saúde). Os pais são informados das regras de funcionamento dos serviços, do regulamento interno e das actividades a realizar, mas a sua auscultação e participação na definição da política educativa da Instituição somente é conseguida nos órgãos onde estão representados, em especial no conselho geral transitório. Os directores de turma assumem um papel activo e relevante na aproximação da família à Escola procurando, sempre que necessário, flexibilizar o seu horário de atendimento.

A autarquia e as instituições da região, incluindo o tecido empresarial, constituem um recurso importante, tendo as ligações estabelecidas impacto a vários níveis, principalmente, na definição da oferta educativa, na concretização de projectos e na realização de estágios.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

A acção dos responsáveis escolares e dos diferentes órgãos e estruturas pauta-se por princípios de equidade e de justiça. A Organização procura responder aos interesses dos discentes através da diversidade de oportunidades de formação, da prestação de apoios educativos e auxílios económicos, bem como do seu envolvimento em experiências variadas de aprendizagem.

A Escola está atenta às situações de manifesta carência económica dos alunos, garantindo-lhes refeições (p. ex., pequenos almoços) com recurso a verbas próprias. É reconhecida, interna e externamente, a existência de uma política bem sucedida de inclusão, em particular, junto dos discentes em situação de risco de insucesso e abandono escolares.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

As prioridades do projecto educativo estão definidas de forma genérica e as metas estabelecidas não se apresentam quantificadas, dificultando a acção dos docentes no sentido de alcançar melhores resultados. Muitos dos actores educativos revelam desconhecer as linhas orientadoras do projecto educativo.

A oferta educativa é discutida nos órgãos e estruturas da Escola, sem descurar a auscultação de entidades locais (Autarquia, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Associação Empresarial da Região de Viseu e Associação Comercial do Distrito de Viseu), considerando-se prioritária, na sua definição, a formação socio-académica dos discentes, a recuperação e integração dos alunos que se encontram em situações de risco e, também, a qualificação profissionalizante. A aposta na diversificação dos percursos de formação, quer ao nível do ensino

básico, quer do secundário, tem-se mostrado adequada às expectativas dos estudantes e das famílias, dando também resposta a algumas necessidades do meio.

A Instituição goza de uma imagem positiva junto da comunidade educativa que decorre, essencialmente, do acolhimento prestado aos discentes, da diversificação da oferta formativa, da realização de actividades com forte impacto público (Encontros da Viriato), do desenvolvimento de protocolos/projectos e da divulgação, através do jornal escolar e da imprensa local/nacional, de muitas das suas iniciativas/éxitos escolares.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

O conselho executivo actua de forma dialogante, revela disponibilidade para colaborar com os diferentes actores na resolução dos problemas e confere autonomia aos órgãos e estruturas pedagógicas nas suas deliberações. As lideranças intermédias desempenham um papel relevante na motivação dos docentes e na promoção do trabalho de equipa, que se reflecte na qualidade das dinâmicas pedagógicas.

No âmbito das suas competências, o conselho geral transitório aprecia os documentos de orientação estratégica, acompanha a execução do plano anual de actividades, procede à análise dos resultados de avaliação trimestral dos alunos e influencia a política educativa da Organização (foram emitidas recomendações durante o processo de construção do projecto educativo).

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

Existe abertura à inovação, destacando-se, por exemplo, no âmbito do Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo, o desenvolvimento de um projecto para a construção de uma casa para pessoas com mobilidade condicionada. São igualmente promovidas iniciativas/projectos/concursos, através dos quais é reforçada a formação dos alunos, proporcionando-lhes experiências educativas estimulantes (p. ex., Parlamento Europeu de Jovens e o Programa de Educação para a Saúde).

O investimento nas novas tecnologias de informação e comunicação (aquisição de equipamento e rentabilização dos recursos existentes), tem proporcionado aos docentes a aquisição de competências profissionais inovadoras – utilização da plataforma *Moodle* e de quadros interactivos.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

A Escola tem protocolos, parcerias e projectos com várias entidades locais e regionais com vista à promoção do sucesso das aprendizagens, à diversificação da oferta educativa e à realização de estágios (para docentes e discentes). Destacam-se as ligações com as autarquias da sua área de influência (Câmara Municipal de Viseu e juntas de freguesia), estabelecimentos do ensino superior politécnico e universitário (Instituto Superior Politécnico de Viseu, Instituto Piaget – pólo de Viseu, Universidade de Aveiro, Universidade Católica, pólo das Beiras), entidades locais (p. ex., Instituto de Emprego e Formação Profissional), associações particulares de solidariedade social e empresas.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO ESCOLA

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

A Organização evidencia procedimentos de auto-avaliação nas áreas específicas dos resultados académicos dos alunos e da execução do plano anual de actividades. No domínio dos resultados, estas práticas têm possibilitado a identificação de pontos fortes e de fragilidades, permitindo aos responsáveis a implementação de algumas medidas (p. ex., Plano de Acção para a Matemática e apoio na sala de estudo). Quanto ao plano de actividades, é feito o balanço da sua execução, mas não são visíveis acções de melhoria decorrentes dessa avaliação. A Biblioteca Escolar/Centro de Recursos da Escola é sujeita a um processo de auto-avaliação consolidado e bem estruturado – são definidos indicadores, colhidas evidências, identificados pontos fortes e fracos e estabelecidos planos de melhoria com impacto na qualidade do serviço educativo.

A Escola não possui um dispositivo de auto-questionamento abrangente para as diversas áreas do seu desempenho, embora em sede de conselho pedagógico tenha já sido objecto de análise a necessidade da sua criação.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Os procedimentos de avaliação interna têm permitido identificar os principais pontos fortes e fracos na vertente dos resultados académicos (p. ex., resultados elevados nos exames nacionais do 9.º ano na disciplina de Língua Portuguesa; decréscimo no último triénio da média das classificações obtidas pelos alunos nos exames nacionais do 12.º ano na disciplina de Português). Nas restantes áreas, exceptuando no sector específico da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos, o conhecimento do seu desempenho resulta de reflexões pontuais efectuadas em sede dos diferentes órgãos e estruturas de coordenação e supervisão, ou de contributos informais, o que não potencia a definição de planos consistentes de melhoria.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da **Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Viriato** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a Escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Melhoria progressiva das taxas de conclusão do 3.º ciclo e do ensino secundário, que superaram as nacionais, e dos resultados nos exames nacionais de Língua Portuguesa do 9.º ano e de Matemática do 12.º ano;
- Respostas adequadas às necessidades específicas de aprendizagem e de inclusão, com reflexo na redução do abandono escolar;
- Capacidade de liderança ao nível do departamento de ciências físicas e naturais, patente nas dinâmicas pedagógicas e na promoção do ensino experimental;
- Estabelecimento de parcerias e de protocolos, com impacto significativo na criação de oportunidades de aprendizagem.

Pontos fracos

- Resultados obtidos nos exames do 12.º ano na disciplina de Português que, no último triénio, registaram um decréscimo;
- Insuficiente definição de metas avaliáveis que não favorece a orientação dos profissionais para a melhoria dos resultados académicos;
- Inexistência de um modelo de auto-avaliação institucional que possibilite generalizar, a todas as áreas, uma avaliação participada e objectiva sobre os processos e os resultados alcançados.

Oportunidade

- Ligação aos estabelecimentos de ensino superior que poderá potenciar o desenvolvimento de dispositivos de auto-avaliação.

Constrangimentos

- Degradação do pavilhão gimnodesportivo (infiltrações de água e balneários com falhas de água quente), que inviabiliza, por vezes, a prática adequada e regular da disciplina de educação física;
- Deficientes condições térmicas do pavilhão D, que condicionam o normal desenvolvimento das actividades, sobretudo no Inverno.